



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Fernanda de Brito Kulmann Conzatti¹

Tárcia Rita Davoglio²

RESUMO: Com o objetivo de analisar como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se instituiu como modalidade de ensino pertencente à Educação Básica, bem como as implicações e os desafios resultantes desta constituição para a efetivação da qualidade na educação, foi realizada esta pesquisa bibliográfica, histórico-retrospectiva, desde a época colonial até a atualidade. ¹A metodologia utilizada foi a de revisão sistemática sobre a temática “História da Educação e da EJA” e “Políticas Públicas para a EJA”, a partir do descritor amplo “Educação de Jovens e Adultos”, em livros, periódicos indexados em base de dados online, além de consultas ao Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2010 e ao Portal do Ministério da Educação. Os resultados deste estudo apontaram que a trajetória da EJA foi provida de elementos de diferentes interesses políticos, econômicos, culturais e sociais e apesar de alguns avanços na educação de adultos, ainda resta dívida considerável com estes sujeitos, pois a história mostra que as ações para a EJA carecem de efetividade e qualidade. Pode-se inferir, a partir da trajetória histórica da EJA, que de uma política preocupada essencialmente em alfabetizar jovens e adultos que, em idade própria foram excluídos do sistema formal de ensino, passou-se a expansão da oferta da EJA na qual as possibilidades de permanência e de um ensino e aprendizagem significativa para promover a formação integral do ser humano se esvaem. O paradigma da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) se configura como uma saída criativa e possível para a efetivação de uma educação de jovens e adultos ancorada na aprendizagem da vida de todo dia, contínua e permanente, aliando os saberes formais com as experiências de vida dos sujeitos que fazem parte do processo educativo.

Palavras-chave: Memórias; Escolarização; Pessoas jovens e adultas.

INTRODUÇÃO

¹Mestranda em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(PUCRS). Licenciada em Pedagogia - pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006).

²Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), atualmente em estágio pós-doutoral,bolsista PNPd, com ênfase em avaliação psicológica aplicada à educação e saúde. Psicóloga, graduada em Psicologia Habilitação para Psicólogo e em Psicologia Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Possui mestrado em Psicologia Clínica (PUCRS).

A modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pertencente à Educação Básica, abarca o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, tendo como uma de suas premissas básicas o atendimento a um público que esteve à margem do acesso e permanência na escola durante a idade própria. De acordo com Picawy e Wandscheer (2006), a história nos mostra que a Educação em nosso país tem se esforçado para incluir pessoas que foram marginalizadas e excluídas dos espaços escolares, por meio de políticas públicas educacionais como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Telecursos, Supletivos e, atualmente, pela modalidade EJA. No entanto, nem sempre estas ações foram consolidadas ou ocorreram de forma efetiva, de maneira a contribuir com a formação integral destes sujeitos.

A educação de jovens e adultos abarca um campo bastante diversificado de concepções e práticas que extrapolam os limites da escolarização e educação formal. Dados os diferentes espaços em que ocorre ela geralmente está atrelada à ideia de aquisição de conhecimentos, habilidades e competências voltadas para o campo profissional e sociocultural (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

O contexto atual de rápidas mudanças e exigências de maior flexibilidade e qualificação voltadas para o mundo do trabalho fizeram com que a educação fosse posta a serviço do capital. Desta forma, a educação, um direito constitucional primado pela Constituição de 1988 nem sempre foi garantido a todos. O direito de todos à educação de qualidade, bem como a garantia da permanência na escola tem sido, ao longo da história, negado a alguns sujeitos. Como consequência, vemos inúmeras pessoas jovens e adultas que foram privadas deste direito no decorrer de suas vidas e, agora, tentam retomar o seu percurso escolar na EJA.

No entanto, esta modalidade de ensino ocupa um lugar marginal nas políticas públicas educacionais do Brasil. Por muito tempo entendida como um espaço voltado para pessoas que frequentam uma “escola de segunda chance”, a formulação de políticas dirigidas à EJA necessita de um olhar atento e reflexivo por parte do Estado e dos educadores. Conforme Júnior e Araújo (2013, p. 117),

A educação de pessoas jovens e adultas (EPJA) é fundamental para a consecução dos objetivos globais de maior igualdade e equidade entre os povos, isso porque educar adultos significa empoderar o indivíduo para uma cidadania ativa e produtiva no meio social.

Portanto, é necessário que processos permanentes de aprendizagem ao longo da vida sejam fomentados para reduzir as desigualdades daqueles que, em suas trajetórias, foram privados da escola ou nela não conseguiram permanecer por diferentes razões, num processo excludente de escolarização. Este processo transpassa o sujeito, abarcando diversos contextos, tais como: sociodemográfico, econômico, cultural, político, familiar.

Neste sentido, o presente trabalho pretende, por meio de uma revisão da história da EJA no Brasil, desde a época colonial passando pelos programas atuais de governo, analisar como esta se instituiu como modalidade de ensino, bem como as implicações e os desafios resultantes desta constituição para a efetivação de uma educação de qualidade ao público jovem e adulto.

OBJETIVOS

1. Apresentar um recorte histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, nos períodos Colonial, Imperial, 1ª República, Era Vargas (1930-1945), Ditadura Militar, Período de Redemocratização e Nova República com o intuito de compreender como esta modalidade de ensino se constituiu ao longo da História.
2. Analisar as implicações para a oferta da Educação de Jovens e Adultos decorrentes da forma como se constituiu historicamente.
3. Refletir sobre os desafios colocados à EJA para a promoção de uma educação efetiva e de qualidade ao público jovem e adulto.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de revisão bibliográfica, histórico-retrospectiva, foi sistematizada a partir dos descritores “Educação de Jovens e Adultos” e “História e Memórias da Educação de Jovens e Adultos” em: livros de História da Educação no Brasil; periódicos indexados em bases de dados online (SciELO); Pesquisa no Censo Demográfico 2000-2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Portal do Ministério da Educação (MEC). A seleção dos materiais foi realizada com base nas temáticas: história e memórias da EJA no Brasil e legislação para a EJA. Sucedeu-se a um agrupamento das informações referentes à educação de jovens e adultos, obtidas por períodos: Colonial, Regime Imperial, 1ª República Brasileira, Era Vargas (1930-1945), Período de Redemocratização e Nova República .

Os materiais foram selecionados a partir de buscas na base de dados da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABI/UFRGS). Para a busca de periódicos foi utilizada a biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros intitulada “A Scientific Electronic Library Online – SciELO”. Para a consulta aos programas de governo foi acessado o Portal do MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Programas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil possibilita compreender a maneira como foi sendo constituída esta modalidade de ensino no decorrer do tempo. De acordo com Soares e Galvão (2005, p. 257), “No presente, muito do que pensamos e fazemos traz as marcas de histórias narradas, reconstruídas e repetidas.” Assim, a forma como a EJA foi sendo concebida traz as marcas de sua história de preconceitos, oportunidades de “segunda chance” e marginalizações frente às outras etapas do Ensino Básico.

O Quadro 1, portanto, nos mostra as concepções norteadoras da educação de jovens e adultos no decorrer da História, obtidas por meio da revisão realizada neste estudo.

Quadro 1 – Recorte histórico da educação de jovens e adultos no Brasil: Sumarização das concepções de cada período.

Período	Concepção de educação para jovens e adultos
Colonial (1500 – 1815)	<ul style="list-style-type: none"> Alfabetização com fins de aculturação, catequização e civilização das “camadas inferiores” da sociedade. Inicialmente, a educação era restrita às elites econômicas.
Imperial (1822 – 1889)	<ul style="list-style-type: none"> Inicialmente, a educação era restrita às elites econômicas. Descentralização do ensino: Governo Central e Províncias. Constituição de 1824: intenção legal de garantia e gratuidade da instrução primária. Regulamento de 1854: gratuidade do ensino elementar e classes para adultos. Reforma Leôncio de Carvalho (1878): interesses eleitorais na alfabetização de adultos analfabetos. Lei Saraiva (1880): restrição do voto ao analfabeto. Parecer Rui Barbosa (1882): enfatiza a restrição do voto ao analfabeto; preocupações com adequação dos métodos de ensino aos adultos.
1ª República (1889 – 1930)	<ul style="list-style-type: none"> Constituição de 1891: educação das elites em detrimento da educação das camadas sociais marginalizadas. Exclusão do adulto analfabeto do direito ao voto (altas taxas de analfabetismo no país). Consolidação do adulto analfabeto como um ser incapaz.

Continua...

Quadro 1 – Recorte histórico da educação de jovens e adultos no Brasil: Sumarização das concepções de cada período (Continuação)

Período	Concepção de educação para jovens e adultos
Era Vargas (1930 – 1945)	<ul style="list-style-type: none">• Constituição de 1934: a educação de adultos reconhecida como modalidade diferenciada de ensino.• Proposta Plano Nacional de Educação (PNE): ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, incluindo os adultos.• Educação de adultos: instrumento de difusão ideológica do Estado (ajustamento social e desenvolvimento do país).• Preocupação com a educação de jovens e adultos: diminuir taxas de analfabetismo para fins de progresso do país (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA).
1947 - 1964	<ul style="list-style-type: none">• Movimentos em favor de uma educação humanizadora e cidadã: Movimento de Educação de Base (MEB) e Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA).• Início das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAs).• Valorização da educação e cultura popular: educação conscientizadora (Paulo Freire).
Ditadura Militar (1964 – 1985)	<ul style="list-style-type: none">• Educação de adultos: ameaça ao governo.• Repressão aos movimentos de educação popular.• Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1971) – Ensino Supletivo.• Programas conservadores e desenvolvimentistas (Cruzada ABC, MOBRAL).• Analfabetismo: chaga social.• Alfabetização funcional: formação de mão-de-obra.
Nova República (1985 – aos dias atuais)	<ul style="list-style-type: none">• Crise do Estado e redefinição dos papéis; descentralização dos serviços e financiamentos do Estado; Restrição às políticas para a EJA.• Constituição de 1988: direito universal ao Ensino Fundamental público e gratuito, independente da idade.• Declaração de Jontiem (1990): fomento à aprendizagem a todos; redução taxas de analfabetismo; capacitação de jovens e adultos.• Nova LDB (1996): pouca inovação para a EJA (reafirmação dos direitos e alteração idade mínima para o Ensino Supletivo).• Programas Governamentais: PLANFOR (1995), PAS (1996), PRONERA (1997), Programa “Brasil Alfabetizado” (2003), PROEJA (2006), PRONATEC (2011).• PNE 2000-2010: Educação ao Longo da Vida.• PNE 2011-2020: Universalização do ensino, elevação da escolaridade, erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional; oferta matrículas de EJA integrada à educação profissional.

FONTE: Elaborado pelas autoras

Tendo em vista que a educação de adultos nasceu da união entre a educação popular e a alfabetização (FREITAS, 2007), a ênfase neste tipo de educação esteve pautada na

alfabetização com a finalidade de aculturação, catequização e ensino da leitura e escrita. Posteriormente, o processo de escolarização tornou-se um elemento crucial para inserir as “camadas inferiores da sociedade”, ou seja, homens e mulheres pobres livres, negros e negras, escravos livres e libertos nos processos de educação formais. Esta inserção foi motivada por princípios “civilizatórios”, pois se acreditava que as pessoas analfabetas precisavam ser regeneradas da sua condição de incultas e “perigosas” (SOARES; GALVÃO, 2005).

Com o advento da Primeira Constituição do Brasil, em 1824, houve a intenção legal de garantir o acesso à Educação Básica a todos, o que não se efetivou, tendo em vista que no Período Imperial somente uma pequena parcela da população era considerada cidadã, restringindo-se a educação à elite econômica do país. Ainda, a divisão das responsabilidades entre Governo Imperial e Províncias quanto à educação das elites e da população mais carente, respectivamente, impossibilitou a garantia de uma educação equânime, digna e de qualidade aos jovens e adultos menos favorecidos.

Na Primeira República, a impossibilidade das pessoas analfabetas exercerem o direito ao voto se constituiu em mais um elemento histórico de exclusão desta população no meio sociocultural, político e econômico da época. No entanto, as reformas educacionais ocorridas neste período produziram importantes elementos para se pensar a Educação Básica de forma mais igualitária e com qualidade.

De forma efetiva as reformas e políticas públicas para a EJA ocorreram na década de 1920, impulsionadas por movimentos sociais e de educadores que passaram a exigir a melhoria da qualidade do ensino para esta população. Ademais, os processos de mudanças no país, sobretudo, àquelas voltadas à industrialização, impulsionaram a necessidade de uma população mais escolarizada para fins de progresso no panorama econômico da época, o que verificamos até os nossos dias.

A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945, impulsionou as políticas para a EJA no país, tendo em vista que a educação ocupava um papel importante no desenvolvimento de países considerados “atrasados” (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Motivado por razões econômicas, políticas e sociais o governo adotou diferentes medidas para expandir as ofertas educacionais a este público com fins de “acalmar os ânimos” da população (movimentos populares articulados para reivindicar os seus direitos) e prover “mão-de-obra qualificada para o progresso da Nação”.

No período do Regime Militar, a educação serviu de alicerce para o movimento político que se instaurava no país. Movimentos contrários à ditadura buscaram o apoio das camadas populares e a educação tornou-se uma forma para que a consciência crítica pudesse ser instaurada. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 112): “A educação [...] de maneira privilegiada, era a prática social que melhor se oferecia a tais mecanismos, não só por sua face pedagógica, mas também, e principalmente, por suas características de prática política.”. Portanto, a educação de adultos passou a ser vista de outro modo, proporcionando um espaço de reflexão e ação sobre o social. Aqui, os movimentos liderados por Paulo Freire, em especial, ganharam força. Entre eles, a “Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, na cidade de Natal.

A partir deste momento, a educação de adultos passou a ser entendida como um espaço estratégico de ação política, resgatando os saberes populares e das culturas locais. No entanto, estes mesmos movimentos que lideraram um processo de educação política e emancipatória foram perseguidos pelos militares. Diante de uma proposta nacionalista desenvolvimentista liderada pela ditadura, a educação de jovens e adultos limitou-se a campanhas de alfabetização de adultos. Dentre as ações, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967 e a implantação do Ensino Supletivo, em 1971. A política do Ensino Supletivo deteve-se, em especial, na suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação estimulando a formação profissional (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Porém, estes programas do governo estiveram pautados pelos princípios de manipulação das camadas populares e legitimação do poder dos militares. Além disto, mais uma vez, a educação esteve voltada aos interesses econômicos, formando mão-de-obra para as indústrias.

Com a redemocratização do país e o alargamento dos direitos civis, a educação de jovens e adultos passou por contradições, pois, de um lado, as normativas legais afirmaram o direito de todos à educação, mas, por outro lado, as políticas públicas não fomentaram o efetivo cumprimento do direito à educação daquelas pessoas que ficaram à margem do processo de escolarização. Como exemplos, podemos citar a restrição orçamentária imposta pelo governo Fernando Collor por diferentes medidas, dentre elas, a supressão da doação facultativa de 2% do imposto de renda a projetos voltados à alfabetização de adultos e a extinção da Fundação Educar, órgão de fomento e apoio técnico às políticas municipais e estaduais para a educação de jovens e adultos. Ao longo dos governos que o sucederam, alguns programas e o Plano Decenal de 1994, que fixava metas para oportunizar o acesso e

progresso aos analfabetos e jovens e adultos pouco escolarizados, foram renegados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 foi aprovada e as diretrizes para a EJA pouco mudaram.

Ainda neste período, os Planos Plurianuais de Educação foram estipulados com duração decenal. No que diz respeito à EJA, os planos pouco se diferenciaram, a não ser nas metas e financiamentos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1995, a EJA permaneceu ainda mais à margem das políticas educacionais, pois as matrículas de alunos jovens e adultos no Ensino Fundamental não deveriam ser computadas para fins de cálculo dos fundos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Outros programas federais foram instituídos, mas sem sucesso. Um deles foi o Programa Alfabetização Solidária (PAS), instituído em 1996, pelo Ministério da Educação. Com o objetivo de alfabetizar, sobretudo jovens e de periferias urbanas com altas taxas de analfabetismo, o programa teve curta duração (5 anos) e poucos resultados no que diz respeito à alfabetização efetiva deste público. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), de 776.000 alunos atendidos menos de um quinto foi alfabetizado. Ou seja, além de ter sido um programa desprovido de recursos pedagógicos e metodológicos efetivos para garantir a alfabetização destes jovens, também não oportunizou a inclusão de adultos neste processo que representa uma parcela significativa da população analfabeta em nosso país. Conforme dados do Censo do IBGE (2010), temos uma população estimada em 190.755.799, dentre as quais, 9,6% é analfabeta, ou seja, 851.062. Desta população analfabeta, a faixa etária acima de 60 anos de idade representa 26,5% das taxas de analfabetismo.

Em 1995 foi instituído o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), com duração até meados de 2002, quando foi substituído pelo Plano de Qualificação (PNQ) no ano de 2003, com fins de qualificar os profissionais economicamente ativos. Foi um programa voltado à educação não-formal, ou seja, ocorrida fora dos espaços formais de ensino, para fomentar uma educação profissional. O princípio desta ação foi a formação de mão-de-obra qualificada, pautada em habilidades e competências requeridas pelo mercado de trabalho.

Atualmente, temos vigente o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. O PROEJA representou um marco educacional, pois possibilitou a integração entre a formação

profissional e a Educação Básica em nível do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) e do Ensino Médio. No entanto, ainda há que se ampliar o número de vagas para que sejam atendidos mais jovens e adultos, além de investimentos para a produção de material didático e formação de professores.

Já a Rede CERTIFIC é uma política pública voltada ao reconhecimento/certificação de saberes adquiridos em espaços não-formais (trabalho, comunidade, por exemplo) e informais (resultante de aprendizagens ocorridas em situações mais amplas de vida) e formação inicial e continuada por meio de programas profissionais da Rede CERTIFIC. Sua proposta parece estimular as aprendizagens adquiridas fora dos contextos formais de ensino trazendo em seu bojo o fenômeno da aprendizagem ao longo da vida.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, também faz parte de uma política do Governo Federal voltado para a formação profissional dos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos ofertados ocorrem de forma bastante rápida e em parceria com o Sistema S (setores ligados à indústria).

Portanto, um mergulho na História da Educação, e em especial, na História da Educação de jovens e adultos possibilita verificar que a sua trajetória foi provida de elementos de diferentes interesses políticos, econômicos, culturais e sociais. Mesmo com as possibilidades de retorno à educação formal, geradas por diferentes programas ao longo da História do país, estas nem sempre foram suficientemente acompanhadas de condições que assegurassem a qualidade da educação a esta população, pautada por princípios críticos, reflexivos, éticos e humanos. Por muito tempo, pessoas jovens e adultas, especialmente as que não puderam frequentar a escola na idade adequada, foram marginalizadas dos processos formais de ensino e os resquícios desta situação ainda são visíveis na atualidade.

Apesar de ainda estarmos engatinhando rumo à qualidade da educação, desde a tenra idade até o Ensino Superior, nos parece que as políticas educacionais voltadas ao público da EJA demonstraram uma oportunidade de inclusão. No entanto, é preciso estarmos atentos ao fato de que somente incluir estas pessoas em programas e políticas de governo não é suficiente. Promover a permanência para que alcancem outras oportunidades de ampliar os seus conhecimentos e saberes é condição para uma educação com qualidade, ética e integral, já que o percurso histórico da educação de jovens e adultos nos aponta que a escola, muitas vezes, exclui os seus educandos da verdadeira educação, isto é, aquela acompanhada de aprendizagens significativas.

CONCLUSÕES

Compreender como a EJA se constituiu em um determinado tempo e contexto é fundamental para que possamos pensar sobre possíveis percursos ainda a serem trilhados. Ao rememorarmos a História da Educação Brasileira, e particularmente a Educação de Jovens e Adultos, verificamos que há um descontínuo nas políticas direcionadas às pessoas jovens e adultas. Deste modo, resta uma dívida considerável com estes sujeitos, tendo em vista que o Estado não conseguiu garantir o seu acesso e permanência na escola e, também, porque a História nos mostra que as ações para a EJA carecem de efetividade e qualidade.

Apesar do entendimento restrito da EJA, vista muitas vezes apenas como uma modalidade compensatória, voltada para a alfabetização, e das altas taxas de analfabetismo que parecem demandar estas políticas voltadas à alfabetização, é preciso torná-las mais efetivas e, sobretudo, significativas. Neste sentido, não se trata de priorizar a reparação, mas de oportunizar o desenvolvimento genuíno aos sujeitos que a frequentam.

Ao rememorarmos esta modalidade de ensino percebe-se o quanto a mesma se constituiu em um campo de interesses religiosos, políticos e econômicos. As concepções atreladas ao adulto a ser escolarizado (um ser incapaz, incompetente até aquele capaz de promover o crescimento do país) permitem entender o caráter bastante funcionalista que a educação de adultos adquiriu ao longo do tempo.

De uma política preocupada essencialmente em alfabetizar os jovens e adultos que, em idade própria foram excluídos do sistema formal de ensino por diferentes razões, estamos por produzir um grupo de jovens e adultos semianalfabetos, ou, como queiram alguns, “analfabetos funcionais”. Expande-se a oferta, mas as possibilidades de permanência e um ensino e aprendizagem significativos para promover uma formação integral do ser humano se esvaem.

O paradigma da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), preconizada pela Comunidade Europeia, com objetivos econômicos, deve ser compreendida aqui a partir da concepção de uma aprendizagem provocada por rupturas e mudanças ensejadas pelos significados da aliança entre conhecimento científico e tácito, sobretudo aquele advindo da experiência. Desta forma, ela se configura como uma saída criativa e significativa para a efetivação de uma educação ancorada na aprendizagem da vida de todo dia, contínua e

permanente, aliando os saberes formais com as experiências de vida dos sujeitos que fazem parte do processo educativo.

Refletir acerca do que é uma educação de qualidade requer assumirmos o nosso ponto de vista a partir de um prisma epistemológico e ético do que entendemos por “qualidade”: uma concepção fundamentada nos princípios do mercado (eficiência, eficácia) ou mais amplo, mediado por valores, criticidade, solidariedade? Este seria o primeiro aspecto, a nosso ver, para que uma nova história da educação para pessoas jovens e adultas possa ser implementada, respondendo a questões vitais: o que queremos, para quem e para que.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&catid=259:proeja-&Itemid=562>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Rede CERTIFIC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15266&Itemid=800>. Em: 02 abr. 2015.

FREITAS, M. de F. Q. de. **Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização**: intersecções na vida cotidiana. Educar, Editora UFPR, Curitiba, n.29, p.47-62, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.108-130, mai./jun./jul., 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000/2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab5.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

JÚNIOR, A. S. C. ; ARAÚJO, M. I. O. **O lugar da aprendizagem ao longo da vida nas políticas públicas para a educação de pessoas jovens e adultas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 1, n. 2, p.116-129, 2013.

PICAWY, M. M. ; WANDSCHEER, M. S. X. Educação de jovens e adultos: uma análise pedagógica do texto legal. pp 63-73. In: SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Org.). **Reflexões sobre educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: PALOTTI, 2006.

SOARES; L.; GALVÃO, A. M. de O. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil, p. 257-277, 2005. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.